



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940601479	Distribuição: 22/09/2019
Número Único: 0049904-52.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Cumprimento de Sentença	Fase: INTIMACAO/PENHORA/BACEN-JUD
Situação: Andamento	Processo Principal: 201940600336
Processo Origem: 201940600336 - Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Obrigações - Adimplemento e Extinção - Pagamento
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Levantamento de Valor

Dados das Partes

EXEQUENTE: MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA
Endereço: TRAVESSA MARIA PUREZA DE JESUS
Complemento:
Bairro: COROA DO MEIO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49035539
Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA 11834/SE
EXEQUENTE: ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA
Endereço: TRAVESSA MARIA PUREZA DE JESUS
Complemento:
Bairro: COROA DO MEIO
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49035539
Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA 11834/SE
EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A
Endereço: Rua da Assembléia
Complemento: 24º andar
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011904
Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601479

DATA:

22/09/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601479, referente ao protocolo nº 20190922151200281, do dia 22/09/2019, às 15h12min, denominado Cumprimento de Sentença, de Pagamento, Levantamento de Valor.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE
ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE
ARACAJU/SERGIPE**

Execução referente ao Processo nº : 201940600336

MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA, brasileira, menor, inscrita no CPF nº 105.375.635-63, RG nº 4059769-5 SSP/SE e **ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA**, brasileira, menor, portadora do CPF nº 105.375.635-63, RG nº 4042746 SSP/SE, ambas residentes e domiciliadas na Travessa Maria Pureza De Jesus, nº 1047, Bairro Coroa do Meio, CEP nº 49.035-539, na cidade de Aracaju/Sergipe, representadas legalmente por sua genitora, qual seja a senhora **FLÁVIA SANTOS SILVA**, brasileira, viúva, comerciante, portadora do CPF nº 041.167.785-32, RG nº 3.396.529-3 SSP/SE, residente no mesmo endereço supracitado, vem respeitosamente, por meio dos seus advogados habilitados, apresentar

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Na forma do art. 523 do CPC.

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, endereço eletrônico desconhecido, nos termos e fundamentos a seguir expostos:

I. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

A sentença foi prolatada no dia 21/08/2019, sendo publicada no diário de justiça no dia 22/08/2019, portando ocorrendo o transito em julgado.

O dispositivo de sentença possui os seguintes termos, *in verbis*:

*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de **R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais), a título de***



indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais). Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.

Diante disto, com base no art. 524 do CPC, as exequentes apresentam a memória de cálculo devidamente atualizada, utilizando o índice do INPC e juros legais de 1% ao mês, conforme documento anexo.

II. DOS REQUERIMENTOS

Diante disto, requer:

- O recebimento do presente cumprimento de sentença, em todos os seus termos e documentos a ele acostados;
- A intimação do executado, na forma do § 1º, 2º e 3º do art. 523 do CPC, para fins de saldar o crédito, no valor de **R\$ 12.475,59 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.
- Nos termos do art. 835, I do CPC, fica requerido desde já a utilização do Sistema BACENJUD para bloqueio dos valores existentes em contas bancárias de titularidade do executado, tanto, quanto bastem para saldar o montante devido.
- Por fim, cumprindo o executado com a obrigação de pagamento, requer as exequentes a expedição do competente Alvará para levantamento da quantia disponível, em nome dos advogados cadastrados, visto que possuem poderes específicos para tal.
- Caso não haja o adimplemento voluntário do valor no prazo legal, seja acrescido a multa no percentual de 10% sobre o valor do débito e 10% de honorários advocatícios, pugnando pela penhora via BACENJUD do montante



entabulado até o momento do bloqueio, nos termos dos artigos 523 e seguintes do CPC.

Dá-se a demanda o montante de **R\$ 12.475,59 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

Aracaju, 21 de setembro de 2019

Gabriel Moura De Santana
OAB/SE 11834

Mario Cesar Da Silva Conserva
OAB/SE 12559



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600336 - Número Único: 0013573-71.2019.8.25.0001

Autor: MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA E OUTROS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

Vistos etc.

1. Breve relatório

MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA e ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA, representadas por sua genitora, Sra. Flávia Santos Silva, ajuizaram a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada nos autos do processo suprarreferido, aduzindo os fundamentos fático-jurídicos sucintamente infraestruturados.

Relata na vestibular serem *beneficiárias do seguro DPVAT*, que entende ser *devida em virtude de acidente de trânsito*, fazendo jus a indenização por morte, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, tal como estabelecido no art. 3º, inciso I, da Lei 6.194/74. Afirma que seu pai foi vítima de acidente de trânsito, vindo a óbito em virtude do “choque hipovolêmico, hemotórax bilateral decorrente do impacto com instrumento contundente”.

Acostaram aos autos os pertinentes documentos, a fim de munir de força probante as assertivas supra, a exemplo de documentos pessoais, boletim de ocorrência e certidão de óbito.

Compondo a lide após validamente citada, ofereceu a seguradora ré tempestiva resposta, sob a forma de contestação, mediante a qual postula, preambularmente, o reconhecimento **(a)** da ilegitimidade “ad causam” para recebimento integral da indenização, ante a ausência de comprovação da qualidade de únicos beneficiários; no mérito, apontou **(b)** a quitação administrativa, narrando que já repassou o valor devido às autoras; **(c)** falta de documento imprescindível ao exame da questão – laudo de exame de corpo de delito (IML). Em caso de eventual condenação, roga **(d)** sejam os juros moratórios computados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da demanda, almejando, em suma e por fim, a integral improcedência dos pedidos.

Fora apresentada réplica reiterativa.

É o relatório. Fundamento e decido.

2. Fundamentação

2.1 Das preliminares

2.1.1 DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Na sua peça de defesa, argui a demandada, em sede de preliminar, a inépcia da exordial sob o argumento de que a parte autora não apresentou o Laudo de necrópsia do IML. Todavia, analisando os autos, observo que a parte demandante anexou provas cabais de que o Sr. **Asley Allan Lisboa Santos** foi vítima de acidente de trânsito, provas estas suficientes para a interposição da presente demanda.

Ademais, o Código de Processo Civil, no artigo 330, § 1º, estabelece que a petição inicial será inepta quanto lhe faltar pedido ou causa de pedir, da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; o pedido for indeterminado ou incompatíveis entre si. No caso em análise, não observo a incidência de quaisquer destas hipóteses.

2.1.2 DA PRELIMINAR DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS

A matéria trazida neste feito não demanda maiores delongas, conforme será demonstrado em seguida, motivo pelo qual se deve afastar, de pronto, a alegação trazida pela requerida, no tocante à ausência de comprovação da qualidade de únicos beneficiários, consequentemente a ilegitimidade *ad causam*.

Ao contrário do que assevera a seguradora, as autoras são parte legítima para figurar no polo ativo da demanda, uma vez que, conforme depreende-se das Certidões de Nascimento, constante nos autos, as autoras são filhas do “*de cujus*”.

Ademais, a possível existência de outros herdeiros da vítima ou a não comprovação de inexistência deles, não tem o condão de afastar a legitimidade ativa da autora, por não consubstanciar hipótese de litisconsórcio ativo necessário.

A respeito do tema, colhem-se precedentes:

“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO – DPVAT – ILEGITIMIDADE ATIVA – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – CORREÇÃO MONETÁRIA E JURUS DE MORA – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. A companheira de vítima de acidente de trânsito possui legitimidade para requerer a indenização do Seguro Obrigatório. O descendente da vítima, que não é parte da demanda, tem direito a uma parte da indenização do Seguro DPVAT, todavia, tal fato não desnatura a pretensão dos demais herdeiros, os quais possuem legitimidade para pleitear o seu quinhão(...)”(Apelação Cível nº 1.0414.10.001280-9/001, Rel. Des. Estevão Lucchesi, julgamento em 29/11/2012, publicação súmula em 07/12/2012”.

Diante disso, afasto a preliminar suscitada.

2.2 Do mérito

Cuida-se de **AÇÃO DE COBRANÇA**, cingindo-se o pleito autoral à perseguição judicial do valor atinente à indenização do seguro DPVAT, aduzidamente não repassado, nos termos da legislação aplicável, com arrimo no art. 3º, I, da Lei 6.194/74.

Observe-se que, em consonância com o disposto na legislação aplicável à espécie (art. 4º da Lei 6.194/74 e art. 792 do Código Civil), a indenização oriunda de acidente por morte deve ser paga ***ao cônjuge supérstite e ao restante de seus herdeiros***, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para os herdeiros e 50% (cinquenta por cento) em favor da companheira, devendo-se, entretanto, observar a ordem de vocação hereditária. Sendo assim, existindo, *in casu*, tão somente descendentes (eis que a mãe, representante legal das autoras, não apresentou reconhecimento de união estável ou certidão de casamento, razão pela qual não figura no polo ativo da demanda), as herdeiras legais— nesta situação específica, filhas –, devem receber o valor total da indenização (***de R\$ 13.500,00 - treze mil e quinhentos reais***).

Corroborando o acima exposto, veja-se o conteúdo normativo dos dispositivos legais supracitados:

Art. 4º - A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 792 - Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. (sem grifos nos originais).

O Código Civil de 2002, quanto à ordem da vocação hereditária, estabelece:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Vê-se que a parte autora acostou aos autos Certidões de Nascimento (das autoras e do pai destas). É incontroverso e os documentos acostados comprovam que o pai das autoras faleceu em razão de acidente de trânsito, conforme consta na Certidão de Óbito, sendo, assim, legítimo o reclamo inicial.

Por fim, ressalte-se que a seguradora se desobriga do pagamento da indenização quando não se tem notícias da existência de outros herdeiros. Assim, caso surja novo beneficiário legítimo, este deve perseguir o valor recebido junto aos herdeiros beneficiados com o pagamento do seguro, e não junto à seguradora, que fica desobrigada. Não há obrigação da seguradora averiguar a existência de outros beneficiários da vítima, motivo pelo qual não cabe à seguradora, também, pagar o valor menor “acautelando” suposto direito de beneficiário futuro, como fez no caso. Ora, a efetivação de pagamento não retira o direito do herdeiro (que não constava nos registros do morto), mas o pedido, como dito, deve ser formulado diretamente a quem recebeu os valores, e não pleitear novo recebimento perante a seguradora.

Eis a jurisprudência aplicável:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. CREDOR PUTATIVO. TEORIA DA APARÊNCIA. 1. Pela aplicação da teoria da aparência, é válido o pagamento realizado de boa-fé a credor putativo. 2. Para que o erro no pagamento seja escusável, é necessária a existência de elementos suficientes para induzir e convencer o devedor diligente de que o recebente é o verdadeiro credor. 3. É válido o pagamento de indenização do DPVAT aos pais do de cujus quando se apresentam como únicos herdeiros mediante a entrega dos documentos exigidos pela lei que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais, hipótese em que o pagamento aos credores putativos ocorreu de boa-fé. 4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1601533/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 16/06/2016)

2.2.1 Dos juros moratórios e da correção monetária

A parte autora formulou pedido no sentido de que fosse considerada a data do evento danoso para fins de correção monetária. E, para o caso de juros moratórios, a data da citação da seguradora ré.

A atualização monetária do valor da condenação, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, decorre do art. 404, do Código Civil, independentemente do pedido do autor.

No caso de responsabilidade extracontratual, em regra, a correção monetária e os juros moratórios fluem a partir do evento danoso. Assim, pacificou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sumulada nos enunciados 43 e 54, a seguir transcritos:

43. Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.

54. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

Restou pacificado em sistemática de recurso repetitivo (STJ Resp 1.483.620/SC) que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT opera-se desde a data do evento danoso. Entretanto, “*somente ensejará as atualizações monetárias, no caso de a seguradora não proceder com o pagamento administrativo no prazo de 30 dias da entrega dos documentos necessários pelo segurado*” (TJSE - Ap. Cível n. 201800822922 – 2ª câmara Cível. Rel. Ricardo Múcio Santana de A. Lima. Jul. 25/09/2018)

Aplicável, ao caso em tela, assim, a Súmula 580-STJ (“*a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso*”).

Quanto aos juros moratórios, no entanto, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se pensar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso. Por isso, inaplicável a Súmula 54, acima apontada. Tem lugar, no presente caso, a aplicação da Súmula 426:

426. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

3. Dispositivo

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de **R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais)**, a título de indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais).

Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju/SE, 7 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE VAZ FIDALGO**, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 21/08/2019, às 12:29:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002115943-47**.



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Processo: 201940600336

Dados do Processo:

Número Único 0013573-71.2019.8.25.0001	Classe Procedimento Comum	Processo Origem --
Tipo Eletrônico	Competência Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	Segredo N (Não)
Distribuição 14/03/2019	Impedimento/Suspeição N (Não)	Valor da Causa --

Status do Processo:

Situação JULGADO	Data Julgamento 21/08/2019	Número da Caixa de Arquivamento --
Fase POSTULACAO		

Assuntos do Processo:

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito

Partes do Processo:

Tipo Requerente	Nome ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA	Representantes e Filiação Representante(s) da Parte: Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA - 11834/SE Advogado: MÁRIO CESAR DA SILVA CONSERVA - 12559/SE
Requerente	MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA	Representante(s) da Parte: Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA - 11834/SE Advogado: MÁRIO CESAR DA SILVA CONSERVA - 12559/SE
Requerido	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A	Representante(s) da Parte: Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Passa o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

Movimentos do Processo:

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
29/08/2019 08:51:55	Certidão	Aguardando final de prazo.	Secretaria	Não
21/08/2019 12:29:24	Julgamento	{Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência} Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais), a título de indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais). Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.	Secretaria	22/08/2019
17/07/2019 08:50:40	Conclusão	{Conclusão}	Juiz	Não
10/07/2019 12:26:46	Juntada	{Juntada >> Petição} Manifestação do MP	Secretaria	Não
05/07/2019 13:51:32	Outras Informações	Intimação da Promotoria considerada em 05/07/2019, mediante consulta processual do(a) Promotor(a) JOELMA SOARES MACEDO DE SANTANA, referente ao movimento Intimação Eletrônica, do dia 03/07/2019, às 12:13:07.	Secretaria	Não

Disque TJ/SE: 0800.079.0008

Opção (4) **Consulta processual** – para acompanhar o andamento do seu processo;

Opção (5) **Ouvidoria** – para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

Explicações sobre a Consulta Processual



DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

Processo número: 201940600336

AUTORAS: ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA e MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA

Demonstrativo detalhado

Índice de correção utilizado : INPC

Sentença

- R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais) corrigidos desde a data do sinistro (02/2018) e juros de mora de 1% a.m. a partir da citação (03/2019).
- Correção referente ao valor pago administrativamente (R\$2.700,00), correção desde a data do sinistro (02/2018) e juros de mora de 1% a.m. a partir da citação (03/2019).

CÁLCULOS

R\$ 10.800,00

Correção desde 01/02/2018 – R\$ 653,27

Juros de mora – 6% (03/2019) – R\$ 687,20

Valor total: R\$ 12.140,47 (doze mil, centos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).

R\$ 2.700,00 (Somente a correção e juros)

Correção desde 01/02/2018 – R\$ 163,32

Juros de mora – 6% (03/2019) – R\$ 171,80

Valor total: R\$ 335, 12 (trezentos e trinta e cinco reais e doze centavos).

Valor total corrigido: R\$ 12.475,59 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Aracaju, 21 de setembro de 2019

GABRIEL MOURA DE SANTANA



OAB/SE 11834



PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular, as partes a seguir qualificadas, constituem o presente mandato, cujos poderes aqui também ficam definidos e que vai assinado pelo Outorgante, após lido e achado conforme.

OUTORGANTE: MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA, Brasileira, menor impúbere, inscrita no CPF sob o número 105.375.635-63, Carteira de Identidade 4059769-5, SSP/SE e **ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA**, brasileira, menor impúbere, inscrita no CPF sob o número 105.375.885-58, Carteira de Identidade 4042746-3, SSP/SE, ambas residentes e domiciliadas na Travessa Maria Pureza de Jesus, 1047, Bairro Coroa do Meio, Aracaju, Sergipe, CEP: 49.035-539 neste ato representadas por sua genitora a senhora **FLAVIA SANTOS SILVA**, brasileira, viúva, comerciante, inscrita no CPF sob o número 041.167.785-32, Carteira de Identidade 3.396.529-3, SSP-SE, no mesmo endereço supracitado.

OUTORGADOS: Mário Cesar da Silva Conserva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Sergipe sob o nº 12559, CPF nº 061.984.955-07, com endereço profissional no rodapé deste instrumento; **Gabriel Moura de Santana**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Sergipe sob o nº 11834, CPF nº 058.444.895-35, com endereço profissional no rodapé deste instrumento.

PODERES: conferindo-lhe amplos poderes para o foro em geral, com cláusula *ad judicia et extra*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, levantar depósito judicial, recolher alvará, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, podendo agir em Juízo ou fora dele, ainda, em perante quaisquer instituições privadas ou órgãos públicos, federal, estadual e municipal, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

FINALIDADE: Ajuizar ação de cobrança em desfavor da Lider Seguradora dos Consorcios DPVAT S/A.

Aracaju / Sergipe

DATA: 14/03/2019.

Flávia Santos Silva
OUTORGANTE



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940601479

DATA:

23/09/2019

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Intime-se a parte executada, a fim de que pague, em 15 (quinze) dias, a importância devida, ou prove que já o fez, visando a obstar o prosseguimento dos atos executórios com incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, conforme art. 523 do NCPC. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme art. 525 do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim